

Um olhar sobre a história dos movimentos ecologistas no Rio Grande do Sul

MARCOS GERHARDT*

Os textos sobre os movimentos ecologistas no Rio Grande do Sul e sobre a trajetória da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural - AGAPAN escritos por ecologistas (CARNEIRO, 2003), jornalistas (BONES; HASSE, 2002; DREYER, 2004) sociólogos (OLIVEIRA, 2008) e, mais recentemente, por historiadores (GERHARDT, 2007; PETERSEN; PEDROSO, 2007; PEREIRA, 2009), apresentam uma rica narrativa das ações e ideias dos integrantes desta organização não governamental criada em 1971. Falta-nos, contudo, uma história com profundidade desta e de outras experiências de organizações ecologistas fundadas no interior do Estado do Rio Grande do Sul no mesmo período.

A AGAPAN foi criada por um grupo de pessoas cujos nomes mais conhecidos são o engenheiro agrônomo José Antonio Lutzenberger (1926-2002), o advogado Augusto Cunha Carneiro, Hilda Emma Wrasse Zimmermann e também por outros sujeitos ainda anônimos na história escrita. Sua criação inspirou-se nas ideias e ações individuais do padre jesuíta Balduino Rambo (1905-1961), nas propostas e atitudes de Henrique Luís Roessler (1896-1963) que em 1955 fundou a União Protetora da Natureza – UPN na cidade de São Leopoldo RS (PEREIRA, 2010) e no movimento ecológico internacional. Sua fundação está ligada ao conceito de crise ambiental, elaborado na década de 1970, baseado na compreensão da ação humana como a principal responsável por graves danos ambientais que podiam ser claramente observados e que levariam ao esgotamento irreversível dos bens naturais e à inviabilidade da vida no planeta. O contexto daquela década é completado pela emergente crítica à sociedade urbana e industrial, baseada no crescimento econômico ilimitado e na primazia da ciência e da tecnologia na organização social, que se evidenciava desde o início do século 19. Completam o quadro daquele período, a fundação da ONG internacional Greenpeace em 1971, a realização da Conferência das

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista do CNPq e integrante do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (www.labimha.ufsc.br), sob a orientação da profa. Dra. Eunice Sueli Nodari e co-orientação do prof. Dr. João Klug.

Nações Unidas sobre o Ambiente Humano em Estocolmo na Suécia, no ano de 1972, considerada uma referência inicial no debate internacional sobre os problemas ambientais e, em 1973, a constituição do “primeiro partido político explicitamente identificado com a ecologia – o '*Ecology Party*' inglês” (PÁDUA, 1991, p. 135). Na mesma década de fundação da AGAPAN foram criados outros grupos ecologistas em diversos municípios do Rio Grande do Sul.

Em São Leopoldo, cidade próxima à capital do Estado, foi fundado em 1971 um núcleo da AGAPAN. A partir de 1986 este núcleo adotou a denominação União Protetora do Ambiente Natural – UPAN, em uma clara referência à União Protetora da Natureza - UPN criada em 1955. Continua ativa até hoje e se auto caracteriza “como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) sócio-ambientalista, sem fins lucrativos, livre-associativa, apartidária, declarada de utilidade pública municipal, com atuação regional, estadual e nacional” (UPAN. Disponível em <<http://www.upan.org.br>> acesso em 18 maio 2010). As denominações “socioambientalista” e “apartidária” merecem atenção, porque expressam ideias que serão retomadas adiante neste texto.

Do município de Ijuí, distante cerca de 400 Km da capital, o empresário Ludwig Reichardt Filho enviou correspondência a José Lutzenberger, na qual escreveu:

Amante das coisas da natureza e preocupado com o problema da poluição ambiental em suas diversas formas, chamaram a minha atenção as referências à AGAPAN feitas no Suplemento Rural do Correio do Povo.

(...)

Tendo em vista o interesse de várias pessoas de minha amizade no assunto, eu lhe ficaria grato pela remessa de dados relativos à AGAPAN, como sejam, estatutos, regulamento, finalidades, etc., eis que existe aqui a possibilidade de, eventualmente, se formar uma associação de âmbito municipal, em idênticos moldes (Correspondência, 21 jun. 1973).

Lutzenberger respondeu sem demora, em carta datilografada com cerca de duas páginas, da qual se destaca uma visão catastrófica: “Os problemas ambientais vão se precipitar nos próximos anos. Se soubermos nos organizar ganharemos, talvez, a grande batalha ecológica, salvaremos algo do que ainda vale a pena salvar. Se perdermos esta

batalha estará tudo perdido” (Correspondência, 5 jul. 1973). A Associação Ijuicense de Proteção ao Ambiente Natural – AIPAN foi fundada ainda em 1973 (Correspondência, 2 dez. 1973) e realizou a primeira assembleia no início do ano seguinte. Ludwig comunicou a Lutzenberger a aprovação do estatuto, baseado no equivalente documento da AGAPAN e a constituição de diretoria e de conselho fiscal. A imprensa regional anunciou: “AIPAN aprovou estatutos e elegeu diretoria” (Correio Serrano, 20 abr. 1974) no mesmo ano em que noticiou: “Riacho envenenado mata peixes e faz adoecer o gado” (Correio Serrano, 5 jan. 1974) e “DDT impregna corpo de muitos brasileiros” (Correio Serrano, 4 jun. 1974), referindo-se a um dos problemas ambientais agravados com a Revolução Verde na agricultura, em curso na região. A AIPAN continua existindo e sua história carece de estudo.

A atual Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente – APEDEMA, com sede em Porto Alegre RS, tem como filiadas, entre outras, a Associação Bento-Gonçalvesense de Proteção ao Ambiente Natural – ABEPAN, a Associação Canoense de Proteção ao Ambiente Natural – ASCAN, a Associação do Movimento de Proteção ao Ambiente Natural Não-me-Toque – MOVIPAM, a Associação São Borgense de Proteção ao Ambiente Natural – ASPAN, a Associação Sapucaicense de Proteção ao Ambiente Natural – ASPAN e a União Pedritense de Proteção ao Ambiente Natural - UPPAN (APEDEMA, 2010). Todas estas se denominam de “proteção ao ambiente natural”. O nome adotado pode ser um indício de que nasceram sob a influência da AGAPAN na década de 1970, informação que ainda precisa ser pesquisada. Lutzenberger se referiu, em 1973, a formação de grupos em Santa Maria, Caxias do Sul, Alegrete e Passo Fundo e afirmou: “Devemos fundar núcleos conservacionistas em toda a parte” (Correspondência, 5 jul. 1973). O ecologista Gert Schinke relatou viagens feitas naquela época a diversos municípios próximos da capital e ao interior do Estado para realizar palestras em escolas e outras instituições, geralmente a convite destas (Entrevista, 17 jun. 2010). José Celso Aquino Marques, também se referindo àquela década, lembrou que

nós formamos uma equipe de professores e trabalhamos durante uns dois anos dando um curso de ecologia com 40 horas de duração, voltado para professores. A equipe era formada por Udo Mohr (arquiteto); Lair Ferreira (agrônomo); Cezar Gomes Victoria (médico); Márcia Inês Burger Marques (bióloga); e eu, na época cursando a

Universidade Federal. A gente percorreu uns 40 municípios gaúchos, uma verdadeira maratona. Esse curso foi um fator de multiplicação muito importante no interior do Estado e durou até 79 ou 80. Era patrocinado pelo Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria da Educação e Cultura (BONES; HASSE, 2002, p. 162).

A adoção do nome “de proteção ao ambiente natural” por uma associação, entretanto, pode não significar sua fundação na década de 70, como é o caso da Associação Estrelense de Proteção ao Ambiente Natural – AEPAN, criada em 1992 (AEPAN, 2010), já no contexto da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida como Rio-92.

Passando para a segunda parte do texto, na qual se analisa a atuação e a caracterização dos movimentos ecologistas, é prudente lembrar que o livro de Augusto Carneiro, *A história do ambientalismo* (2003) é tomado como um documento que contém seu testemunho e não como um livro de história, apesar do título. Nele o autor tem uma dupla temporalidade: um ecologista escrevendo no início do século 21 sobre experiências realizadas no começo da década de 1970. Ele conhecia, portanto, toda trajetória posterior da AGAPAN quando escreveu sobre os primórdios do movimento ecologista na capital do Estado. Esta dupla temporalidade também está presente, é claro, nos demais testemunhos empregados aqui com fontes.

As ações da AGAPAN, cujo nome exprime a ideia de proteger ambientes ainda naturais, foram principalmente de promoção de cursos e palestras sobre ecologia; oposição à poda de árvores e à supressão de vegetação em projetos que visavam ampliar a infraestrutura urbana; defesa da criação de parques de proteção ambiental; esforços pela preservação das lagoas litorâneas; crítica ao uso intenso de agroquímicos na agricultura; contestação de autoridades e de políticas nacionais ligadas ao meio ambiente; presença na imprensa e divulgação de ideias e denúncias por meio de jornal próprio, denominado *Sobrevivência*.

A atuação da AGAPAN pode ser considerada uma outra forma de articulação, marcada pela posição não governamental (ONG), diferente dos grupos e das pessoas que atuaram na proteção à natureza no Brasil das décadas de 1920-1940, estudados por Warren Dean (1996, p. 259-279), José Luiz de Andrade Franco e José Augusto Drummond (2009). Seu nome, entretanto, ainda se ligou ao conceito de proteção ou

conservação da natureza, de defesa dos lugares supostamente intocados ou pouco alterados pela ação humana. A denominação ecologista, e não ambientalista, é empregada neste texto, pois geralmente assim se denominavam os integrantes das associações. Há uma transposição entre a ciência ecologia e a defesa de propostas e atitudes que foram se constituindo como uma maneira de pensar a interação entre as pessoas e a natureza.

Outro personagem desta história é Gert Schinke, que na década de 70 era um estudante de graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e filiou-se à AGAPAN em 1975. Ele se tornou mais conhecido quando participou, com Guilherme Dorneles, Gerson Buss e Sidnei Sommer, de um protesto denominado “a tomada da chaminé da Usina do Gasômetro”, em Porto Alegre, no ano de 1988. Na ocasião quatro ecologistas subiram, no estilo de ativismo do Greenpeace, até o topo da chaminé com mais de 100 metros de altura da usina termelétrica desativada e muito conhecida na cidade (Entrevista, 17 jun. 2010). A partir de dois dos registros fotográficos daquele dia se pode saber o motivo do protesto: na imagem da faixa instalada no alto lê-se: “Não ao projeto Praia do Guaíba” (Figura 1) e nas mensagens escritas e lançadas do alto para a imprensa (Figura 2) está a defesa da preservação da orla do Rio Guaíba contra sua privatização e sua utilização para empreendimentos imobiliários. No horizonte dos motivos do protesto, que sensibilizou numerosa população e algumas autoridades, estava também a eleição municipal daquele ano (Entrevista, 17 jun. 2010).



Figura 1 – Faixa instalada na chaminé. Acervo pessoal de Gert Schinke.

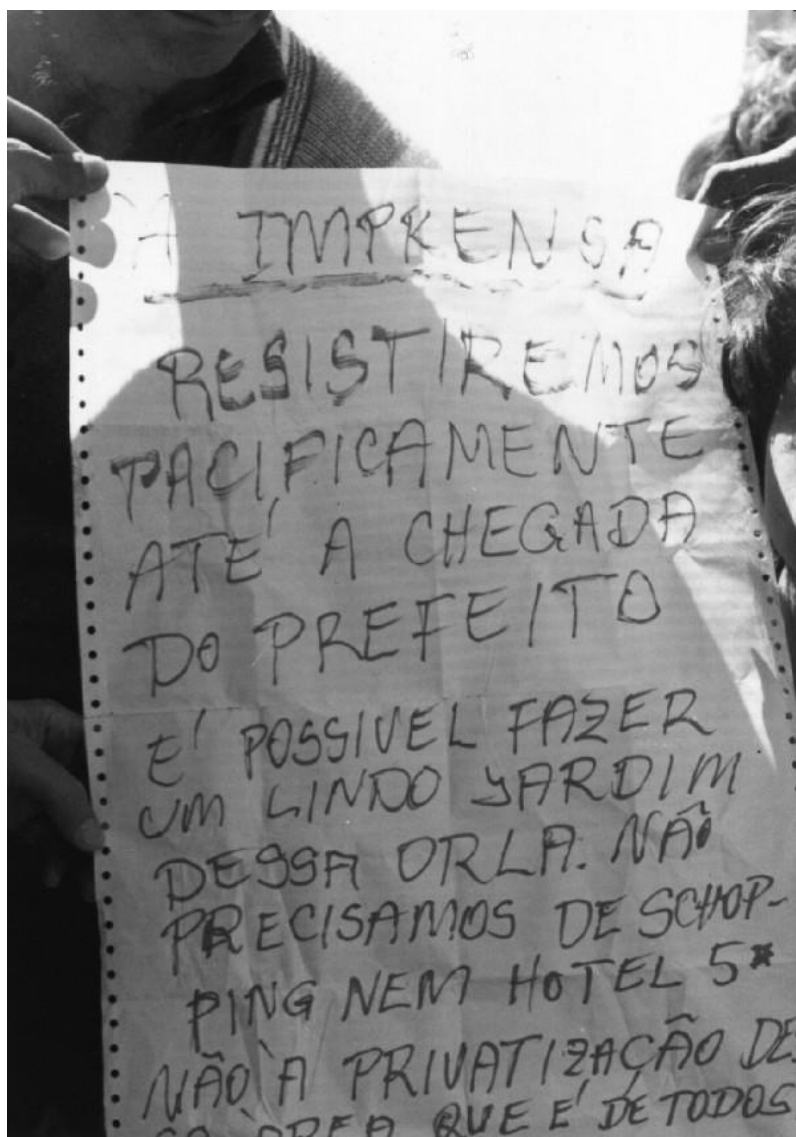


Figura 2 - Mensagem escrita e lançada do topo chaminé.
Acervo pessoal de Gert Schinke.

Schinke atuou antes do protesto, entre 1984 e 1986, como integrante da diretoria da AGAPAN e depois como vereador pelo Partido dos Trabalhadores – PT e militante junto ao Partido Verde – PV durante algum tempo. José Lutzenberger, que na década de 80 se desligou da Associação que ajudara a fundar, assim explicou seu afastamento: “Eu não saí da AGAPAN. Aconteceu que surgiu um grupo de guris que não sabia nada de nada e que transformou a AGAPAN em política partidária. E aí eles perderam, inclusive, a penetração nos meios de comunicação. Eles não tinham nada a dizer” (BONES; HASSE, 2002, p. 135). Possivelmente Lutzenberger se referiu ao grupo eleito para a diretoria em 84 e representado por Schinke, que escreveu a “Plataforma da chapa

para o conselho superior da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural” e a “Carta de princípios da chapa” (SCHINKE, 1986, p. 106-115). Augusto Carneiro, egresso do Partido Comunista Brasileiro na década de 1950, é mais direto em seus testemunhos:

O Gert Schinke, que era do PT, articulou a oposição, organizou a ala jovem e começou a tomar conta da AGAPAN. Antes (quem predominava) era outro tipo de gente. Eram mais adultos como eu, o Lutzenberger e outros, inclusive o Quintas, e vários velhos. Na época, nem éramos velhos. Nós já estávamos numa certa crise, não agüentávamos trabalhar na liderança a vida toda. O Lutzenberger era desempregado, não era como hoje que ele tem uma firma (BONES; HASSE, 2002, p. 149).

Nesta nova onda começou a nadar um pretenso e audacioso líder esquerdista, conhecedor das teorias de Lutzenberger e que também era dado a teórico ecologista escrevendo longas justificativas. Ele organizou a tomada da AGAPAN, com a expulsão dos elementos “direitistas” e com grandes idéias de fazer programas revolucionários, sempre usando o nome feito da AGAPAN e também do Lutzenberger (o qual permitiu por ingenuidade), um plano quase perfeito: transformar a AGAPAN numa entidade internacional, líder do ecossocialismo (CARNEIRO, 2003, p. 25).

Não é objetivo do texto debater o conflito entre indivíduos que integraram a Associação, mas identificar algumas tensões entre projetos distintos e coletivos, que podem ser notados neste movimento. Falta-nos, sobretudo, compreender quais grupos, perspectivas, entendimentos e interesses compunham os movimentos ecologistas das décadas em estudo, ou seja, recriar a diversidade e a pluralidade. Compreender a trajetória do movimento ecologista exige ir além da imagem de movimento precursor, concebido e centralizado por Lutzenberger e exclusivo da capital do Estado, que predomina em diversos textos sobre ele.

Ao tentar recompor as teias de relações com as fontes disponíveis, pelo menos duas perspectivas podem ser percebidas com alguma clareza: De um lado, o grupo de Lutzenberger, Carneiro e Hilda Zimmermann compreendia que à Associação cabia defender causas exclusivamente ecológicas. Este grupo fundador, orientado pelos princípios da ecologia enquanto ciência, em defesa da vida (LUTZENBERGER, 1980, p. 11), teve uma evidente perspectiva social, política e apartidária (CARNEIRO, 2003, p. 82), mas não se propunha a incluir em sua pauta a luta por mudanças sociais mais

amplas ou a engajar-se na oposição à ditadura civil e militar instalada no governo federal desde 1964. Um dos poucos momentos de conflito com a ditadura foi a oposição da AGAPAN ao projeto de instalação de usinas nucleares no Brasil, condensada no livro *Pesadelo atômico* (LUTZENBERGER, 1980). A partir de 1972 a causa ecológica foi assumida também pela Ação Democrática Feminina Gaúcha – ADFG, depois vinculada à ONG internacional Amigos da Terra (*Friends of the Earth International*), que trabalhou em conjunto com a AGAPAN. Giselda Escosteguy Castro, uma das fundadoras da ADFG em 1964, relatou um encontro com o General Presidente da República Ernesto Geisel, em Brasília, no ano de 1976, no qual recebeu seu respaldo para prosseguir o trabalho da Associação (BONES; HASSE, 2002, p. 74). Isso não diminui a importância do trabalho assistencial, ambiental e educativo da ADFG junto às mulheres, mas ajuda a situar politicamente o grupo no contexto polarizado vivido então. A competência científica, a erudição e a posição combativa e crítica de Lutzenberger em temas ecológicos contrastava com sua opinião conservadora sobre política e sociedade, especialmente em frases como estas: “Li Marx de ponta a ponta no original, em alemão. Ele é tão tecnocrata quanto os capitalistas”; “Hitler e Mussolini também diziam ser socialistas, como Fidel. Essa palavra e ser de esquerda não significam mais nada”; “Capitalismo e comunismo são, na verdade, duas seitas da mesma coisa, que é o industrialismo” (Zero Hora, 14 abr. 2001, citado por *IHU on line*, 20 maio 2002). O conservadorismo político e social de Lutzenberger também pode ser notado quando, de 1990 a 1992, aceitou o convite para integrar o governo de Fernando Collor de Mello. Sua imagem idealizada que predomina é, em parte, obra de jornalistas e biógrafos como Bones, Hasse (2002) e Dreyer (2004). Uma pesquisa histórica mais consistente ajudará a compreender suas posições.

No outro grupo da AGAPAN estavam jovens ligados ao movimento estudantil e aos partidos políticos de esquerda, orientados por ideias e propostas que envolviam a redemocratização do país, a fundação do Partido dos Trabalhadores - PT em 1980, as lutas por justiça social, a denuncia do imperialismo dos EUA e a vontade de produzir mudanças profundas na sociedade capitalista, compreendida e explicada por meio do materialismo histórico. O grupo que se envolveu na Associação buscava combinar as dimensões ecológica, social e política, entendendo que:

É necessário que se aprofunde a discussão sobre os problemas ecológicos para assim, do ponto de vista da classe trabalhadora, levantar as “bandeiras eco-políticas” baseadas na atual conjuntura que vive o país. Não é preciso pensar muito para perceber a estreita relação que existe entre a condição de miséria e exploração a que é submetida a classe trabalhadora e as condições ambientais em que vive no dia-a-dia do local de trabalho e moradia (SCHINKE, 1986, p. 121).

Na compreensão deste grupo:

No movimento ecológico há um espectro muito grande de correntes de pensamento, mas fundamentalmente podemos distinguir duas: “*o verdismo e o ecologismo*”. O verdismo apenas consegue identificar “problemas ambientais localizados”, não avançando em estabelecer a ligação dos mesmos com o “status quo” social e político vigentes – pára no conservadorismo. Este é o setor nitidamente burguês, mas no seu interior há os mais ou menos reacionários. Já entre os *ecologistas*, podemos encontrar setores identificados com o reformismo, e setores que avançam para uma proposta de fato revolucionária para a sociedade (SCHINKE, 1986, p. 129).

Em um olhar retrospectivo, vinte anos depois, nota-se nitidamente que os ecologistas socialistas desejavam mudanças profundas na sociedade brasileira em uma velocidade que não foi possível. Os fundadores da Associação, por sua vez, tiveram considerável dificuldade para dialogar com o novo grupo e para compreender o contexto brasileiro que se transformava com o final da ditadura. A ecolítica e o ecossocialismo correspondiam às ideias de uma parcela da esquerda brasileira, inclusive aqueles que se reuniam no Rio de Janeiro para debater, em 1985, a criação do Partido Verde - PV no Brasil. Conforme Pádua:

Esses encontros foram organizados por um grupo de intelectuais, artistas e profissionais liberais que haviam trabalhado na eleição de Liszt Vieira e Lucia Arruda. Esse grupo reunia vários indivíduos com bastante notoriedade pública, fácil acesso aos meios de comunicação, qualidades carismáticas, etc. (...) Seu núcleo era composto por exilados como o deputado Liszt Vieira, os escritores Fernando Gabeira, Alfredo Sirkis e Herbert Daniel e o geógrafo Carlos Minc. Outras pessoas notórias eram a atriz Lucélia Santos e o maestro John Neschling, entre outros (1991, p. 154).

As ideias ecológicas possivelmente não foram a diretriz hegemônica da esquerda em Porto Alegre. Os conflitos entre a administração municipal do PT e a AGAPAN depois de 1988, em torno do destino que deveria ser dado ao lixo da capital, são um indício disto.

Alimentando a proposta de escrever uma história do movimento ecologista no interior do Rio Grande do Sul, algumas questões podem ser formuladas como uma pauta inicial: 1) em que medida os ecologistas do interior do Estado teatralizavam sua preocupação ambiental, buscando destacar-se na sociedade local com um discurso que acompanhava a grande onda do ecologismo? 2) os grupos que se constituíram eram coletivos na forma de pensar e atuar? ou seguiam as orientações de um “mestre” como Lutzenberger? 3) qual era a base social dos grupos? 4) o movimento ecologista foi um espaço de educação informal para seus integrantes, que se construíram cultural, intelectual e politicamente naquela militância? 5) como classificar os movimentos ecologistas do RS? foram eles movimentos sociais? 6) a fundação de grupos ecologistas no interior do Estado é resultado da militância e da expansão da AGAPAN ou também de iniciativas autônomas? 7) a população conheceu as ideias destes movimentos? como as acolheu? 8) com quais concepções de natureza, cultura e sociedade operavam os integrantes dos movimentos ecológicos?

Cabe esboçar algumas respostas parciais e provisórias, a partir das fontes disponíveis e tomando um caso como exemplo: a diretoria e o conselho fiscal da Associação Ijuicense de Proteção ao Ambiente Natural – AIPAN (Livro de atas, 18 abr. 1974), em seu início, eram constituídas por pessoas com as seguintes profissões: industrial, engenheiro civil, dentista, professor, comerciante de implementos e insumos agrícolas e engenheiro agrônomo. Seu primeiro presidente, Ludwig Reichardt Filho, também presidia a Indústria de Máquinas Agrícolas Fuchs SA. - IMASA, que nasceu como uma ferraria familiar, cresceu e se adaptou aos novos tempos da modernização agrícola produzindo implementos acopláveis ao trator e destinados ao crescente e modernizado mercado regional. Ludwig, em sua primeira correspondência dirigida a Lutzenberger, se mostrou contraditório:

Se bem que a poluição na forma em que é conhecida nas grande metrópoles e centros industriais ainda não se faça sentir de maneira sensível aqui no interior (embora não estejamos inteiramente isentos da mesma), devem merecer a nossa atenção os efeitos do grave desequilíbrio biológico que está se processando com a progressiva e rápida erradicação das já diminutas reservas de matos naturais, inapelavelmente sacrificados ao Deus da soja. E junto com as florestas, a fauna. A erosão vive seu período áureo e as águas de nossos rios e riachos já apresentam o seu aspecto lamacento durante, praticamente, o ano todo (Correspondência, 21 jun. 1973).

É contraditório porque Ludwig Reichardt Filho presidia uma empresa que estimulou a modernização agrícola poluidora e se beneficiou economicamente dela, mas fazia um discurso público de crítica ecológica ao modelo. Ele participava ativamente de uma modernização tecnológica que era socialmente conservadora, mas exprimia ideias consideradas ecologicamente avançadas. A fundação da AIPAN seria uma forma de compensar os danos ambientais causados pela modernização ou, talvez, uma estratégia para preservar a imagem da IMASA naquele contexto? O limite da preocupação e da atuação talvez tenha sido a conservação dos solos desmatados para a agricultura, em um esforço para evitar a erosão.

Na fundação da AIPAN não houve, como se mostrou antes, uma base social ampla. Os pequenos agricultores, que representavam parte expressiva da população rural e eram os mais envolvidos nas mudanças ambientais em curso, aparentemente não se ligaram à nova Associação (Livro de atas, 18 abr. 1974). Os trabalhadores urbanos também não. Mesmo em um município como Ijuí, onde 39,76% dos cerca de 50.000 habitantes existentes em 1970 vivia na área rural (IBGE, 2010), a AIPAN se configurou como um movimento social urbano, de classe média, sintonizado com os problemas de seu tempo, de atuação limitada ao foco que seu estatuto estabelecia: proteger o ambiente natural da devastadora ação humana, por meio da educação e da informação, a chamada “conscientização”. Ela teve algumas das características idealizadas por Lutzenberger:

As associações de luta conservacionista, que são grupos de conscientização e de pressão e que podem também desencadear batalhas jurídicas contra os depredadores, são associações eminentemente pluralistas, reúnem cidadãos de todas as camadas sociais, desde operário até o diretor de grande empresa (sic), de todas as profissões, do estudante ao professor catedrático, de todas as religiões e ideologias políticas. É claro que grupos tão heterogêneos não podem estar de acordo 100% em tudo, mas basta que estejamos 50 ou 60% de acordo em nossos alvos para que possamos agir efetivamente (Correspondência, 5 jul. 1973).

A ligação de Lutzenberger com a AIPAN foi muito além da troca de correspondências: em 1976 ele viajou a Ijuí e palestrou no mais importante clube da cidade (Jornal da Manhã, 7 ago. 1976). Não existem, contudo, registros escritos do conteúdo de sua palestra. Está evidente que, pelo menos no caso da AIPAN, sua criação e orientação política foram fortemente marcadas pela AGAPAN, não como uma

expansão planejada, mas como referência e estímulo.

Há, portanto, muito a pesquisar e escrever sobre a história do movimento ecologista no Rio Grande do Sul, incluindo o interior do Estado nos estudos. Os arquivos das associações ainda ativas e daquelas que se desarticularam, certamente contém preciosa documentação. Diversos integrantes dos movimentos estão vivos e podem contribuir com seu testemunho. Por enquanto, parece claro que estes movimentos precisam ser compreendidos em um contexto mais amplo: cultural, social e econômico e que os temas ambientais foram e são objeto de disputas políticas.

Referências e fontes

AEPAN - Associação Estrelense de Proteção ao Ambiente Natural. Disponível em <<http://estrela-rs-aeapan.blogspot.com>> acesso em 16 jun. 2010.

APEDEMA - Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente. Disponível em <<http://www.apedemars.org.br>> acesso em 2 jun. 2010.

ASSECAN - Associação Ecológica Canela-Planalto das Araucárias. Disponível em <<http://assecan.blogspot.com>> acesso em 13 maio 2010.

BONES, Elmar; HASSE, Geraldo. *Pioneiros da ecologia: breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Já Editores, 2002.

CARNEIRO, Augusto Cunha. *A história do ambientalismo: o socialismo, a direita e o ecologismo*. Porto Alegre: Editora Segra Luzatto, 2003.

Correspondência de José Lutzenberger dirigida a Ludwig Reichardt Filho. 20 jun. 1974. Museu Antropológico Diretor Pestana, AI 5.8.5.

Correspondência de José Lutzenberger dirigida a Ludwig Reichardt Filho. 5 jul. 1973. Museu Antropológico Diretor Pestana, AI 5.8.5.

Correspondência de Ludwig Reichardt Filho dirigida a José Lutzenberger. 2 dez. 1973. Museu Antropológico Diretor Pestana, AI 5.8.5.

Correspondência de Ludwig Reichardt Filho dirigida a José Lutzenberger. 21 jun. 1973. Museu Antropológico Diretor Pestana, AI 5.8.5.

Correspondência de Ludwig Reichardt Filho dirigida a José Lutzenberger. 22 abr. 1974. Museu Antropológico Diretor Pestana, AI 5.8.5.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DREYER, Lilian. *Sinfonia inacabada: a vida de José Lutzenberger*. Porto Alegre:

Vidicom Audiovisuais, 2004.

Entrevista com Gert Schinke, concedida a Marcos Gerhardt em 17 jun. 2010.

Entrevista com Gert Schinke, concedida a Marcos Gerhardt em 12 jul. 2010.

Fotografia da tomada da chaminé da Usina do Gasômetro, 1988. Acervo pessoal de Gert Schinke.

Fotografia de mensagem dirigida à imprensa durante a tomada da chaminé da Usina do Gasômetro, 1988. Acervo pessoal de Gert Schinke.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

GERHARDT, Marcos. História ambiental (1930-85). In: GERTZ, René. (Org.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 4. p. 527-542.

GLOCK, Clarinha. Entrevista com Augusto Cesar Cunha Carneiro, 2007. Publicada no *Universo Online Mais*. Disponível em <<http://mais.uol.com.br/view/xstejakdbezy/augusto-carneiro-04023660E4C98326>> acesso em 2 jun. 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico do RS. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> acesso em 18 jun. 2010.

IHU on line. n. 18, 20 maio 2002. Disponível em <<http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1161372798.87pdf.pdf>> acesso em 12 maio 2010.

Jornal da Manhã, 9 mar. 1974. Museu Antropológico Diretor Pestana, AI 5.8.5.

Jornal da Manhã, 7 ago. 1976. Museu Antropológico Diretor Pestana, AI 5.8.5.

LATOURE, Bruno. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. São Paulo: EDUSC, 2004.

Livro de atas das Associação Ijuicense de Proteção ao Ambiente Natural. 18 abr. 1974. Acervo da Associação.

LUTZENBERGER, José Antonio. *Manifesto ecológico brasileiro: fim do futuro?* Porto Alegre: Movimento, 1980. (Coleção Documentos, 12).

_____. *Pesadelo atômico*. São Paulo: CHED Editorial, 1980.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Gênese e redefinições do militantismo ambiental no Brasil. *Dados: Revista de Ciências Sociais* (Rio de Janeiro). v. 51, n. 3, p. 751-777. 2008.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados* (São Paulo), v. 24, n. 68, 2010, p. 81-101.

_____. O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. In: LEIS, Héctor R. (Org.). *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro: AIRI; PUC-RJ, 1991. p. 135-161.

PEREIRA, Elenita Malta. A árvore da avenida João Pessoa e a Operação Hermenegildo: dois episódios de resistência do movimento ambientalista gaúcho (1975-1978). In: *Anais da Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Companhia Riograndense de Artes Gráficas - CORAG, 2009. p. 77-97.

_____. Deus, Pátria e Educação: Roessler, um defensor da natureza. In: *Anais do Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações*. Florianópolis: UFSC-CFH-Programa de Pós-Graduação em História, 2010. p. 1386-1409.

PETERSEN, Áurea; PEDROSO, Elizabeth. Movimentos sociais urbanos (1930-85). In: GERTZ, René. (Org.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 4. p. 193-234.

SCHINKE, Gert. *Ecologia política*. Porto Alegre: Tchê Editora, 1986.

UPAN - União Protetora do Ambiente Natural. Disponível em <<http://www.upan.org.br>> acesso em 2 maio 2010.